



Boletim NEIT – Número 5 – Agosto de 2004

SEÇÃO 1	Panorama Setorial : Indústria do Petróleo Cenário do setor no país e no mundo
SEÇÃO 2	Tópico Especial : China - Inserção Comercial e Produtiva Características da inserção chinesa no cenário mundial
SEÇÃO 3	Comércio Exterior e Produção Industrial Desempenho no primeiro semestre de 2004

Panorama Setorial : Indústria do Petróleo

Petróleo e Matrizes Energéticas

O Petróleo e o Gás Natural suprem mais de 60% das necessidades energéticas mundiais.

A indústria do petróleo e do gás foi um dos pilares do desenvolvimento capitalista no século XX. Os produtos originários deste hidrocarboneto são utilizados no setor produtivo, transportes, residências, são insumos na indústria química, petroquímica e de fertilizantes, além de movimentar um conjunto de empresas acima na cadeia produtiva. Esta versatilidade fez com que, somados, o gás natural (GN) e o petróleo adquirissem uma parcela de mais de 60% na matriz energética mundial em 2002, segundo dados da Energy Information Administration.

Uma característica marcante da indústria do petróleo é a concentração das reservas em poucos países. Esta concentração adquiriu forte importância econômica e política desde a formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), detentora de 78% das reservas e 38% da produção mundial em 2002.

A importância econômica do petróleo e do gás para as matrizes energéticas dos países tornou a indústria do petróleo uma peça chave para as políticas de desenvolvimento econômico. As empresas de petróleo se situam entre as maiores empresas do mundo em termos de faturamento. As estatais de países com grandes reservas, aproveitando de monopólios institucionais e de aporte financeiro do Estado, ingressaram neste seletor rol.

No acirrado ambiente de competição herdado da década de 70 - surgimento de grandes estatais e nacionalização de reservas - a exploração em países não OPEP tornou-se prática comum das *majors*. Esta busca era extremamente necessária para a sobrevivência destas empresas, pois a verticalização, assim como a diversificação, é importante fonte de vantagens competitivas e é extremamente necessária em um setor com acentuadas variações de preços internacionais.

Os referidos investimentos em produção - busca pela independência no suprimento dos países e empresas - e a substituição por outros energéticos, promovida com apoio dos governos, acarretou em um contra choque de oferta e preços em 85/86. Estes ficaram baixos durante grande parte do período 1985-2000, colocando em questão o poder dos países da OPEP sobre os preços. Esta redução do patamar de preços foi responsável por grandes modificações institucionais e afetou sensivelmente as estratégias das empresas do setor. As estratégias, após este novo contexto caracterizam-se por:

- Aquisição de reservas privadas de terceiros;
- Fusões e Aquisições;
- Acordos de Cooperação em diversas atividades da cadeia e em P&D;
- Aprofundamento da diversificação e internacionalização;



Importante modificação da década de 90, a abertura ao investimento externo no setor deve ser entendida como uma resposta à redução dos ganhos do Estado na atividade e à necessidade de atrair capitais e gerar outras fontes de divisas. Este movimento realimentou a expansão internacional das *majors* e contribuiu para a caracterização do novo ambiente competitivo: internacionalização e baixa rentabilidade.

No aspecto tecnológico, as condições mais difíceis de exploração nos novos campos impunham freqüentes inovações no *upstream* (exploração e produção). No refino, a exigência de combustíveis mais limpos acrescentou-se à redução da demanda em processo de fechamento de plantas menos competitivas. Ainda neste período processaram-se importantes modificações tecnológicas no transporte internacional de GNL e no seu consumo em termelétricas. Nestes aspectos, a diluição dos custos de P&D formou incentivos às parcerias. Por fim, os custos associados à incerteza na exploração estimularam a compra de reservas de terceiros e a formação de consórcios para exploração e produção.

Nesse contexto de intensificação da concorrência global e dos benefícios da concentração de atividades, ocorreu um processo de fusões e aquisições sem paralelo na indústria, aumentando ainda mais o tamanho das empresas petrolíferas. Tal evento, transcorrido entre 1998 e 2001, deu origem às *megamajors* do setor, quatro delas entre as 10 maiores empresas do mundo, três delas entre as 4 maiores, em 2003:

Quadro 1 - Principais Fusões (f) e Aquisições (a) na Indústria do Petróleo 1998-2001

1998	BP/Amoco (f); Exxon/Mobil (f);
1999	Bp Amoco/Arco (a); Totalfina/Elf (f); BP Amoco/ Burma Castrol (a); Repsol/YPF (a);
2000	Cevron/Texaco (f);
2001	Conoco/Phillips (f);

Fonte: NEIT-IE-UNICAMP a partir de diversos números do *Financial Times*.

A existência de um grupo de *megamajors* com participação em quase todos os grandes campos abertos ao investimento, com rede gigante de distribuição e marcas consolidadas em todos os grandes mercados nacionais, participação sólida em atividades na petroquímica e divisões de energia, integrando a produção de gás e energia elétrica formaram o panorama no final da década de 90. Além destas empresas, destacaram-se as grandes estatais, caracterizadas pelo elevado volume de reservas e produção de cru, apesar de não possuir atuação tão diversificada e internacionalizada no *downstream* (transporte, refino e distribuição). Aproveitaram do monopólio de reservas e focaram estratégias em mercados regionais.

Crise Atual

A crise atual reflete o elevado potencial de instabilidade do mercado internacional de petróleo. A negociação do preço do combustível nos mercados financeiros, fato que auxiliou na geração do "contra-choque", contribui, hoje, para a especulação e para a volatilidade das expectativas.

As raízes da crise remontam ao início da década atual. Logo após um período de preços extremamente baixos em 98/99 e de sucessivas elevações da quantidade produzida nos seus países membros, a OPEP iniciou o ano de 2001 realizando cortes nas quotas. Após 11 de setembro de 2001, as turbulências voltaram-se para os países do Oriente Médio e os mercados iniciaram um movimento de elevação do patamar de preços.

O início da guerra contra o Iraque provocou a exacerbação desta ascensão dos preços, que bateram sucessivos recordes de preços nominais em 2004. Na verdade, sucessivos eventos têm contribuído para esta elevação. A crise política e greve dos petroleiros na Venezuela, ataques aos oleodutos no Iraque, possibilidades de crise na monarquia saudita, sobreutilização da capacidade de transporte transoceânica, crise financeira na russa Yukos e divergências sobre a capacidade da OPEP de elevar a oferta no curto prazo são causas principais desta crise e têm acarretado em especulações com os preços do óleo.

BP Amoco, Exxon Mobil e Royal Dutch/Shell estão entre as 4 maiores empresas do mundo pelo ranking Fortune Global 500.



É bem provável que este nível de preços recue no médio prazo. Uma possível vitória dos democratas e a redução da presença americana no Oriente Médio seriam essenciais para este movimento. Prevendo esta queda, parte das *megamajors* não alterou substancialmente seus planos de investimentos, ao contrário dos pequenos produtores.

No Brasil, esta crise não refletirá em grandes problemas no balanço de pagamentos como na década de 70. A proximidade da independência em relação ao petróleo estrangeiro, entretanto, não nos afasta dos impactos inflacionários que esta volatilidade pode proporcionar. Estes impactos têm sido reduzidos graças à política defensiva de remarcação dos combustíveis pela Petrobrás. Porém, uma manutenção mais duradoura desta defasagem poderá acarretar em perdas financeiras para a empresa.

Mudanças Institucionais e o Panorama da Indústria Nacional de Petróleo

A Indústria Brasileira do Petróleo (IBP) passou por profundas mudanças institucionais na década de 90. A Lei do Petróleo, aprovada em 1997, acabou com o monopólio da Petrobrás na exploração, produção, transporte e refino de petróleo e gás natural no país. Além disso, esta lei criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), responsável pela elaboração de rodadas de licitação de blocos de exploração e produção no Brasil. A seleção de vencedoras é feita sob dois critérios principais: comprometimento em relação ao conteúdo local do investimento e valor do bônus de assinatura.

Em 1998 foi realizada a Rodada Zero, com participação exclusiva da Petrobrás. Desde então, foram realizadas mais 5 rodadas anuais, com ingresso significativo de empresas estrangeiras nos primeiros anos.

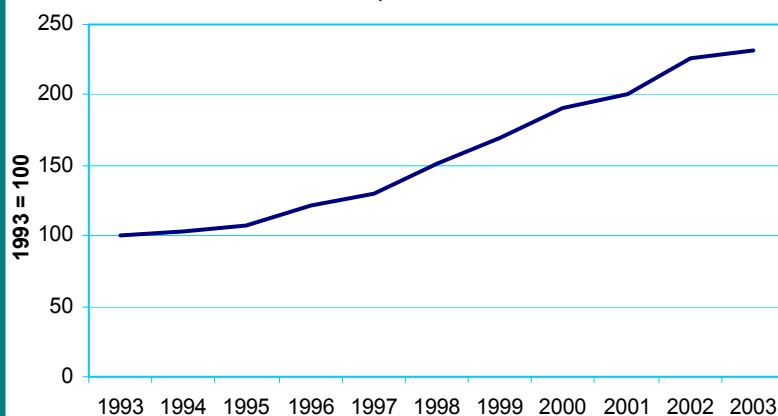
O descontentamento em relação aos blocos ofertados e a ausência de grandes descobertas nos campos adquiridos em rodadas anteriores foram apontados como as maiores causas para a ausência das grandes empresas estrangeiras na Quinta Rodada, em 2003. Entretanto, esta obteve uma superioridade incontestável em relação ao quesito "conteúdo local" na exploração e no desenvolvimento: este conteúdo foi duplicado em relação à média dos anos anteriores, chegando a valores próximos à 80%. Esta sensível modificação é consequência das novas exigências de nacionalização para os concessionários e é responsável pelo reaquecimento e ressurgimento atual da produção naval no país.

A despeito desta abertura ao capital estrangeiro, ao contrário do que previam alguns analistas, a Petrobrás manteve sua posição de destaque no *upstream* da IBP, principalmente no refino e transporte. No restante do *downstream*, distribuição de gás natural e distribuição de derivados, parcela importante dos ativos é pertencente ao capital estrangeiro.

Esta participação ainda moderada das empresas estrangeiras no *upstream* é claramente ilustrada pelas estatísticas. Nos "campos em fase de produção", tendo em vista o ingresso recente das estrangeiras, prevalece participação majoritária da Petrobrás: 95% do total. Os campos listados "em fase de desenvolvimento", assim como nos "em fase de produção", foram licitados na Rodada Zero. Apesar disso, apresentam participação um pouco

Apesar da fim do monopólio em 1997, a Petrobrás é responsável pelo sucesso recente da Indústria do Petróleo Nacional.

Gráfico 1 - Índice de Produção de Petróleo no Brasil, 1993-2003



Fonte: ANP



menor da Petrobrás: 82%. Outras empresas nacionais e as estrangeiras participam com 10% e 8%, respectivamente. Por fim, os "campos em fase de exploração", apresentam uma participação estrangeira tão importante quanto a da Petrobrás. Respectivamente, suas participações são de 43% e 45%, incluindo grande número de parcerias. A Petrobrás é operadora em 48% destes campos "em exploração" e há número grande de estrangeiras.

No refino, a Petrobrás é detentora de mais de 95% da capacidade nacional. Apenas a Refinaria Manguinhos e a Refinaria Ipiranga (0,7% e 0,9 da capacidade de refino nacional) são privadas. A Repsol YPF é a única empresa estrangeira com atuação no refino nacional, com 30% do capital de Manguinhos e 30% da REFAP, no Rio Grande do Sul.

A despeito desta moderada participação de capitais estrangeiros na atividade, a IBP mostrou um dos mais vigorosos crescimentos na América do Sul e Central, principalmente graças aos resultados da Petrobrás. A empresa, que realizou grandes investimentos em P&D relacionados à exploração em águas profundas, foi capaz de elevar a produção de petróleo no país acima da maioria dos países americanos nos últimos 10 anos, ampliando a participação do Brasil na produção e reservas mundiais:

Tabela 1 - Reservas e Produção de Petróleo do Brasil - Participação (%) no total da América do Sul e Central e no Mundo (1993-2002)

		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Am. Sul & Central	Reservas	6,6	6,7	7,7	8,2	8,0	8,2	9,0	8,9	8,8	9,8
	Produção	13,2	12,9	12,3	13,1	13,3	14,4	16,5	18,4	19,6	22,5
Mundo	Reservas	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
	Produção	1,0	1,0	1,0	1,2	1,2	1,4	1,6	1,7	1,8	2,0

Fonte: BP Amoco Statistical Review of World Energy 2003 & ANP

As estatísticas acima mostram a citada evolução da produção de petróleo, especialmente no período entre 1997-2003. Esta ocorreu graças ao crescimento da produção *offshore* no país, da ordem de 169% no período. Concentrada fortemente na Bacia de Campos, foi responsável por 97% da produção em águas marítimas em 2002. A produção *onshore* teve um crescimento de cerca de 21% no período. A exploração na Bacia do Solimões e no Rio Grande do Norte foi capaz de compensar o declínio da produção em outras bacias terrestres. Campos também foi responsável pelo crescimento das reservas.

O sucesso nas atividades do *upstream* também é reflexo de uma política que remonta à crise do petróleo na década de 70. Desde então, à Petrobrás tem sido atribuído o papel de atingir a auto-suficiência nacional. E este resultado está próximo de ser obtido. Apesar dos atrasos nos cronogramas da empresa, os investimentos planejados e em fase de implementação deverão garanti-lo em dois ou três anos.

Tabela 2 - Auto-suficiência na Produção de Petróleo no Brasil - Indicadores - 2000/2003

	2000	2001	2002	2003
Petróleo Processado	92,437	95,528	93,254	92,690
Produção Nacional	71,644	75,020	84,399	86,819
Importação Líquida	22,025	17,814	8,446	6,354

Fonte: ANP

Os dados acima confirmam a tendência de redução da dependência externa. No período 2000/2003 houve uma certa estagnação do processamento de petróleo no país, em função do baixo crescimento econômico. A produção nacional, entretanto, experimentou um período de crescimento importante, especialmente entre 2001 e 2002. O ano de 2004 não tem sido tão positivo. As paradas de manutenção e ausência de nova capacidade provocaram uma queda de 1,7% da produção em relação ao primeiro semestre do ano passado. O crescimento da economia desencadeou um crescimento nas importações de cerca de 47% no primeiro semestre, e a importação líquida nos primeiros seis meses do ano foi

O crescimento da produção brasileira de petróleo dos últimos anos reduziu a dependência externa.



muito pouco inferior ao total do ano de 2003. A ausência de problemas técnicos deverá melhorar os resultados no segundo semestre, como demonstrado no segundo trimestre.

Investimentos em refino aparecem como essenciais para a eliminação de outros pontos de dependência externa. Duas questões relevantes devem ser consideradas: as características do petróleo nacional e o mix de derivados consumidos no país.

O petróleo encontrado na maioria das reservas nacionais, especialmente o da Bacia de Campos, se caracteriza pela elevada viscosidade e acidez. Estes tipos de petróleo necessitam de métodos de refino específicos para poderem gerar os combustíveis de maior valor agregado. Sob processos tradicionais, acabam gerando elevadas produções de óleo combustível e gasolina, já em excesso no mercado brasileiro. A acidez, por outro lado, é responsável pelo desgaste acelerado dos equipamentos e pela redução dos intervalos entre as paradas de manutenção das refinarias.

O Brasil é exportador de gasolina e óleo combustível e importador de GLP, nafta e óleo diesel. Em 2003, o saldo comercial em derivados foi negativo em US\$ 331,63 milhões, graças a uma redução de 24% das importações de derivados.

A modernização do parque de refino nacional é importante para nos tornar capazes de processar nosso próprio óleo. Atualmente, as refinarias nacionais são obrigadas a importar petróleo leve e doce de países como a Nigéria e Argélia para estabelecer um *mix* de insumos tolerável para os equipamentos de refino brasileiros.

A Petrobrás, que recentemente anunciou o Plano Estratégico para 2015, investirá nas diversas áreas descritas. Além de nova infra estrutura de produção nacional, promoverá importante modernização nas refinarias, ampliará a rede de gasodutos, seus ativos no setor de gás e energia e sua participação na petroquímica. Além disso, está ampliando sua participação no exterior, explorando e produzindo em águas profundas no Golfo do México, África e investindo de forma verticalizada na América do Sul. A empresa apresentou resultados financeiros bastante positivos nos últimos anos: é atualmente a 144ª empresa do mundo em faturamento e está entre as 20 maiores empresas de petróleo. No ano passado, foi uma das empresas mais lucrativas do setor, com resultados superiores à maioria das estatais de outros países e inferior apenas ao das *megamajors*.

Em relação à ANP e ao governo, urge o estabelecimento de políticas de longo prazo para os diversos segmentos do setor. No *upstream*, o sucesso da Petrobrás e de empresas estrangeiras poderá ser estendido para empresas nacionais da indústria naval através de exigências de conteúdo nacional e benefícios para instalação de estaleiros no país. Entretanto, este setor é altamente dependente de crédito e vem encontrando dificuldades para ampliar a capacidade produtiva, atualmente em pleno emprego. No *downstream*, a construção de uma nova refinaria e o estabelecimento de um novo *mix* de produtos depende de políticas para o álcool e para o gás natural. Ambos vêm deslocando a gasolina no consumo automotivo e o GN tem ocupado espaço do óleo combustível na geração térmica e na indústria. Estes movimentos têm exacerbado os excedentes destes combustíveis no país. Além disso, a substituição da nafta, do GLP e do óleo diesel também pode ser realizada pelo gás natural e seus derivados, desde que haja políticas para o desenvolvimento do setor, um dos mais promissores para os próximos anos.

O Plano Estratégico para 2015 da Petrobrás prevê investimentos em modernização das atividades e expansão de sua atuação internacional

Tópico Especial: China - inserção comercial e produtiva

A economia chinesa vivenciou expressiva e sustentada taxa de crescimento econômico nas últimas décadas, associada aos fluxos de comércio e investimentos externos, mas sobretudo ao dinamismo do mercado interno. O dinamismo da demanda doméstica se expressa nas elevadas taxas de investimento/PIB e no aumento do valor agregado na indústria. Pelo lado da demanda externa, houve no período crescente participação da China nas exportações mundiais e, em especial, nas de alta tecnologia. A evolução positiva no IDH evidencia também que o crescimento econômico foi acompanhado por mudanças estruturais e sociais na economia chinesa (Tabela 3).



Tabela 3. China – dados gerais: 1998 a 2002

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002
PIB (milhões de dólares)	946.301	991.356	1.080.429	1.159.025	1.237.145
População (milhões de hab.)	1.242	1.254	1.263	1.272	1.280
Variação no PIB real (%)	7,8	7,1	8,0	7,3	8,0
Formação bruta de capital fixo (% do PIB)	37,7	37,4	36,3	38,5	40,4
Exportações de alta tecnologia (% das exportações de manufaturados)	15,1	16,8	18,6	20,6	23,3
Valor agregado na indústria (% do PIB)	49,3	49,4	50,2	50,1	51,1
IDH	-	0,707	0,714	0,721	-

Fonte: base de dados "World Development Indicators" e UNCTAD

A mudança na base produtiva chinesa foi bastante significativa nos últimos anos, e pode ser facilmente observada através de dados da UNIDO com a evolução para diversos países do valor adicionado na indústria. A taxa média de crescimento para a China foi de 13,1% entre 1990 e 2000. Esse aumento fez com que a participação chinesa no total do valor adicionado pela indústria mundial saltasse de 2,7 para 7,1% nos anos considerados. Comparativamente, o México obteve uma taxa de crescimento de 4,4% e sua participação variou de 1,0 para 1,2% no período.

Em relação ao comércio exterior, a China vem apresentando um padrão regular desde a década de 90. Esse padrão se caracteriza pela geração de expressivos superávits comerciais totais, sustentados pelos superávits com a Tríade (Japão, EUA, UE), em especial os Estados Unidos, mas com déficits comerciais com os países do sudeste asiático, inseridos no contexto das redes de produção chinesa e japonesa, aquela apoiada por investimentos dos chineses na Ásia e esta por investimentos de japoneses na China (Tabela 4). Até 2003, o saldo comercial chinês foi superavitário, resultado que deve ser atribuído às elevadas escalas de produção possibilitadas pelo tamanho e dinamismo do mercado interno, e ao estabelecimento de uma taxa yuan/dólares fixa e subvalorizada (8,28 yuans por dólar), o que permitiu a redução de custos dos fatores de produção, inclusive mão-de-obra, e o aumento da competitividade dos produtos "made in China".

Tabela 4. China – Dados de comércio: balança comercial, exportações e importações para países selecionados (em US\$ milhões e %)

Países	1998 a 2000	2001	Exp. 2002	Imp. 2002	2002
EUA	73.403	28.174	70.064 (21,5%)	27.251 (9,2%)	42.812
União Européia	19.580	5.326	48.185 (14,8%)	38.552 (13,1%)	9.632
Alemanha	-1.336	-3.935	11.382 (3,5%)	16.434 (5,6%)	-5.052
Reino Unido	7.283	3.259	8.059 (2,5%)	3.337 (1,1%)	4.722
Japão	144	2.268	48.483 (14,9%)	53.489 (18,1%)	-5.006
Coréia	-30.091	-10.851	15.508 (4,8%)	28.581 (9,7%)	-13.073
Taiwan	-48.870	-22.338	6.590 (2,0%)	38.082 (12,9%)	-31.493
Total	96.903	23.094	325.642 (100,0%)	295.303 (100,0%)	30.339

Fonte: U.S. Department of Commerce.

Por sua vez, a pauta de exportações chinesa tem apresentado expressivo dinamismo, acompanhado por uma significativa melhora em termos de agregação de valor e de conteúdo tecnológico. As exportações totais saltaram de US\$ 104 bilhões em 1994 para US\$ 438 bilhões em 2003, beneficiadas pela concessão de incentivos fiscais às exportações, pelo câmbio fixo e desvalorizado e pelo acúmulo de reservas cambiais, que foram importantes para a manutenção da estabilidade monetária e cambial da economia chinesa.

A expansão das exportações promoveu o aumento da participação da China no comércio mundial de 2,8% em 1990 para 6,1% em 2000. Outro aspecto positivo é a melhora

As exportações chinesas, além do forte crescimento apresentado na última década, também tiveram sua composição modificada em direção a produtos intensivos em tecnologia.



qualitativa da sua pauta de exportações, com o aumento de participação dos produtos de média e alta intensidade tecnológica de 0,8% para 9,6% das exportações mundiais entre 1985 e 2000. (Tabela 5). Esse desempenho se explica, em grande parte, pela atuação dos capitais estrangeiros na China. As multinacionais estabelecidas no país, que em 1989 representavam somente 9% do total das exportações, em 2001 passaram a representar 48%. Como essas empresas detêm maioria absoluta na produção de bens intensivos em tecnologia (por exemplo, no setor de telefonia móvel, a participação das transnacionais foi de 96% em 2000), a mudança verificada na pauta está diretamente associada à atuação dessas corporações.

Tabela 5. China – competitividade no comércio mundial: 1985-2000 (anos selecionados)

Produto	1985	1990	1995	2000
I. Participação no mercado mundial	1,6	2,8	4,8	6,1
1. Produtos primários	2,4	2,6	2,5	2,3
2. Manufaturas baseadas em recursos naturais	1,1	1,3	2,1	2,7
3. Manufaturas sem base em recursos naturais	1,5	3,4	6,1	7,8
Baixa INTEC	4,5	9,1	15,5	18,7
Média INTEC	0,4	1,4	2,6	3,6
Alta INTEC	0,4	1,4	3,6	6,0
4. Outros	0,7	0,7	1,4	1,8
II. Composição da pauta chinesa	100,0	100,0	100,0	100,0
1. Produtos primários	35,0	14,6	7,0	4,7
2. Manufaturas baseadas em recursos naturais	13,6	8,2	7,4	6,9
3. Manufaturas sem base em recursos naturais	50,0	76,2	84,6	87,1
Baixa INTEC	39,7	53,6	53,5	47,6
Média INTEC	7,7	15,4	16,9	17,3
Alta INTEC	2,6	7,3	14,2	22,4
4. Outros	1,4	0,8	1,0	1,1

Fonte: UNCTAD

É importante ressaltar que a relação existente entre os resultados comerciais e a taxa cambial no período recente é recíproca. Os superávits comerciais permitiram à China expandir de forma expressiva suas reservas em moeda estrangeira (US\$ 470 bilhões no primeiro semestre de 2004). Esse volume de reservas deu às autoridades chinesas autonomia suficiente para manter o yuan subvalorizado desde 1994.

Para o acúmulo de reservas na China, foram fundamentais também os expressivos fluxos de IDE recebidos (Tabela 6). Esses fluxos têm relação com as vantagens locais oferecidas pelo país, como o amplo mercado doméstico efetivo e potencial, a crescente estrutura de oferta de insumos e serviços, bem como a mão-de-obra de baixo custo.

Um fator de destaque no processo de abertura aos capitais estrangeiros da China é a predominância dos *greenfield investments*, i.e., investimentos voltados para a construção de nova capacidade produtiva, ao invés do padrão mundial, em que predomina a modalidade de fusões e aquisições (Tabela 6). Disso resulta que os capitais entrantes em território chinês apresentaram um potencial dinamizador na economia muito maior.

Tabela 6. China – entradas de IDE e vendas por Fusões & Aquisições: 1998 a 2002

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002
F&A - Vendas (1)	798	2.395	2.247	2.324	2.072
Entradas de IDE (2)	43.751	40.319	40.772	46.846	52.700
(1) / (2)	1,8%	5,9%	5,5%	5,0%	3,9%

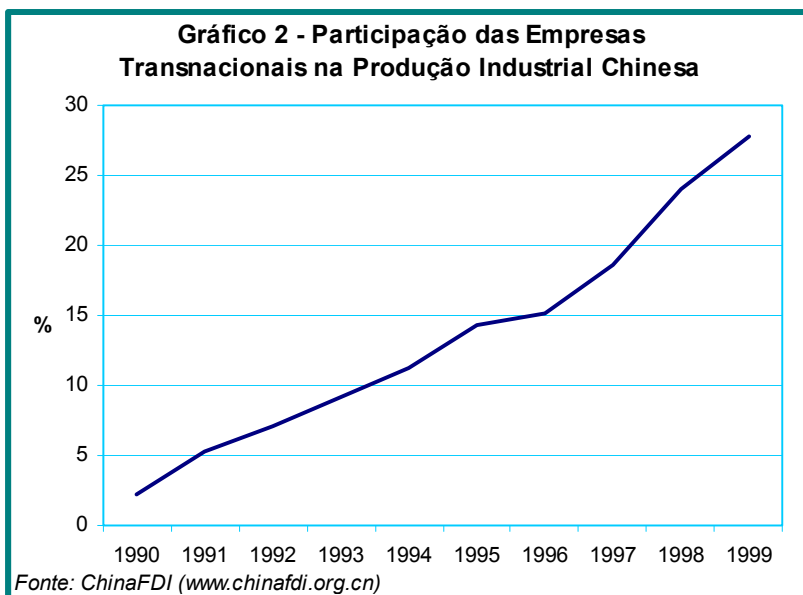
Fonte: UNCTAD

O acúmulo de reservas em moedas estrangeiras foi essencial para a estabilidade da economia chinesa e a manutenção do yuan subvalorizado desde 1994.



Um detalhe fundamental na caracterização da abertura chinesa em relação ao IDE é a seletividade adotada pelas autoridades em relação aos projetos de investimentos. A China manteve diversos setores considerados estratégicos nas mãos de empresas estatais ou de chineses, além de condicionar a entrada de capitais ao compartilhamento de tecnologias, à compra de insumos nacionais e ao estabelecimento de parcerias com empresas chinesas, entre outras restrições. A predominância dos *greenfield investments* tem relação direta com a postura do governo em relação ao investimento estrangeiro, que é visto pelos chineses como um mecanismo que possibilita o adensamento da estrutura de produção industrial e o aumento do valor agregado gerado na indústria.

Ainda assim, os investimentos externos realizados na China promoveram um aumento da participação estrangeira na produção industrial chinesa. Entre 1990 e 1999, essa participação saltou de 2,3% para 27,8% (Gráfico 2). Até meados dos anos 90, predominam os investimentos de outros países asiáticos; a partir de então, há um forte fluxo de capitais norte-americanos e europeus.



O prolongado crescimento chinês até 2003 suscitou preocupações com o surgimento de estrangulamentos na base produtiva e na infra-estrutura, como no setor de transportes e energia elétrica, que já demonstra dificuldades para atender o nível atual de demanda, e de pressões inflacionárias. A preocupação das autoridades é de um aumento significativo dos preços, que acabaria por forçar mudanças na política de juros e gerar impactos negativos sobre a política cambial.

Assim, as autoridades optaram por adotar medidas restritivas para conter o ritmo de crescimento econômico. Entre as medidas implementadas, estão a restrição ao crédito, a elevação dos depósitos compulsórios junto ao Banco Central chinês, e maiores restrições aos novos projetos de investimento, em especial em áreas consideradas "superaquecidas", como aço e cimento.

Apesar das medidas adotadas pelo governo, o crescimento foi mantido: o primeiro semestre de 2004 apresentou um crescimento do PIB da ordem de 9,7%, superando as previsões oficiais de 7% para o ano.

Além das medidas voltadas para o desaquecimento da demanda, o governo optou por não recorrer à elevação dos juros, e sim a medidas de controle de preços para conter a inflação. No entanto, as autoridades sinalizaram que se os índices de preços ao consumidor atingirem um patamar acima de 5%, a política de juros deve mudar. No primeiro semestre de 2004, o IPC na China foi de 3,6% em relação ao mesmo período de 2003.

Em relação ao setor energético, o governo vem adotando racionamentos e fechando fábricas, além de estabelecer turnos noturnos. A situação se agravou ainda mais com o início do verão, que fez aumentar significativamente o consumo de energia elétrica.

O desempenho comercial chinês em 2004 foi distinto do observado em outros anos e analisado anteriormente. Nos primeiros 4 meses do ano houve déficit comercial, seguindo movimento iniciado no segundo semestre de 2003. Apesar dos superávits obtidos em maio e

Em 2004, o ritmo de crescimento econômico suscitou preocupações em relação a alguns setores da base produtiva e de infra-estrutura, que apresentavam dificuldades no atendimento da demanda corrente.



junho, o primeiro semestre teve como resultado um déficit de US\$ 7 bilhões. Entre os fatores responsáveis pela alteração está o aumento nos preços de diversas commodities importadas, em especial o petróleo e a soja. Importante destacar que os déficits ocorreram concomitantemente a um crescimento tanto das exportações quanto das importações no primeiro semestre, da ordem de 35,7% e 42,6%, respectivamente.

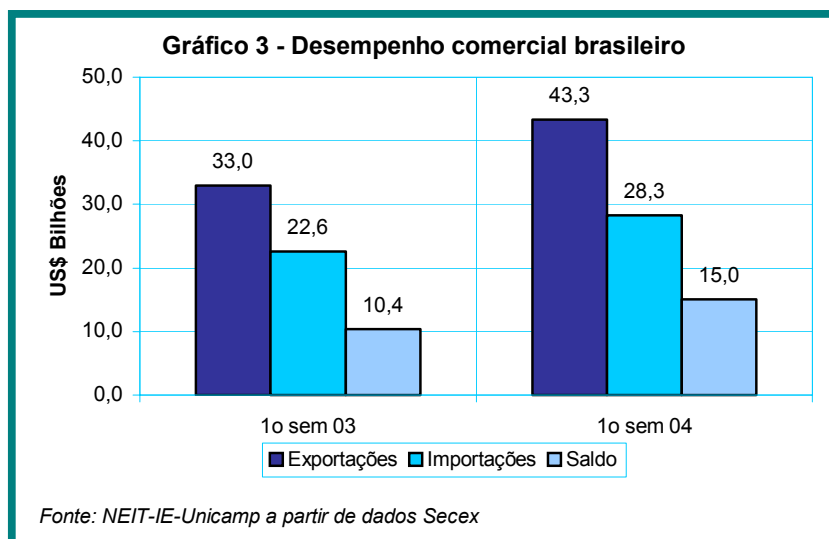
O crescimento no comércio exterior chinês superou as expectativas de analistas, que acreditavam que as medidas de política econômica adotadas pelo governo chinês para reduzir o ritmo de crescimento econômico estabilizaria ou até mesmo reduziria o nível de exportações e importações.

Em relação aos investimentos realizados na China no primeiro semestre de 2004, houve manutenção da sua trajetória de crescimento, mesmo com as medidas restritivas adotadas pelo governo chinês e o risco de insuficiência no fornecimento de energia e de serviços de transportes. A China, assim, consolidou sua posição de principal destino de investimentos estrangeiros no mundo, com uma taxa de crescimento de 12% no semestre em relação ao primeiro semestre de 2003, tendo atingido o valor de US\$ 33,9 bilhões.

Comércio Exterior e Produção Industrial

Em comparação ao primeiro semestre de 2003, as exportações cresceram 31,2% e as importações 25,1%, resultando em um saldo comercial de US\$ 15,0 bilhões.

Ao longo do primeiro semestre de 2004 as exportações brasileiras mantiveram a trajetória de crescimento verificada no período recente. De janeiro a junho deste ano, as vendas para o exterior totalizaram US\$ 43,3 bilhões, resultando em uma variação de 31,2% em relação ao mesmo período de 2003. Este crescimento é praticamente igual ao observado no primeiro semestre de 2003 em relação ao mesmo período de 2002. As importações atingiram o valor de US\$ 28,3 bilhões, o que representa um crescimento de 25,1% em relação a igual período de 2003. Diferentemente das exportações, observa-se um crescimento superior das importações quando se compara este valor com a variação do primeiro semestre de 2003 em relação a igual período de 2002, ocasião em que as importações mantiveram-se praticamente estáveis. Em que pese este aumento das importações, o crescimento expressivo das exportações contribuiu para a geração de um saldo comercial de US\$ 15,0 bilhões, valor 44,2% maior que o obtido no primeiro semestre de 2003.



O crescimento da produção industrial entre janeiro e julho de 2004 atingiu 4,2%.

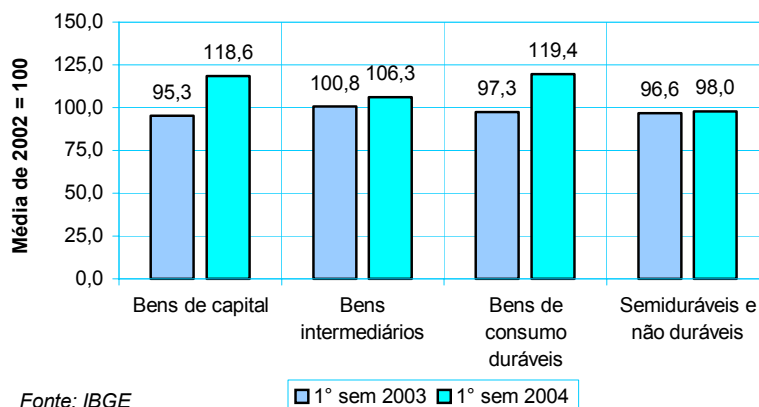
Os indicadores de produção referentes ao primeiro semestre de 2004 também são positivos, mostrando a recuperação do setor industrial. Em termos acumulados, o crescimento verificado entre janeiro e junho atinge 4,2%, com destaque para os setores produtores de bens de capital, que cresceram 7,4% no período, e os produtores de bens duráveis, com crescimento de 9,5% no período, em decorrência do desempenho dos setores de fabricação de automóveis (10,9%) e material eletrônico e de comunicações (11,6%). Em relação a igual período de 2003, a variação da produção industrial atingiu 7,7%.



A recuperação da atividade industrial suscita questões relacionadas ao comportamento das importações em um cenário de retomada sustentada do crescimento da economia. No resultado global, conforme se destacou, apesar do crescimento das importações em relação ao ano passado, estas ainda não responderam como poderia se imaginar, considerando-se o grau de dependência de insumos importados em vários setores. Por conseguinte, em conjunto ao excepcional desempenho das exportações, o crescimento não explosivo das importações vem assegurando a geração de superávits comerciais expressivos.

Uma porcentagem expressiva das exportações brasileiras ainda se concentra em bens primários ou de baixo conteúdo tecnológico.

Gráfico 4 - Produção Física Industrial por Categorias de Uso



De um ponto de vista desagregado, deve-se destacar que uma porcentagem expressiva das exportações brasileiras ainda se concentra em bens primários ou de baixo conteúdo tecnológico, estando o bom desempenho recente associado à competitividade da agricultura brasileira e ao ciclo favorável de preços de *commodities*. Os setores da indústria ligados ao agronegócio (cadeia de alimentos e bebidas) foram responsáveis por 7,9% dos 31,2% de variação das exportações no período. Destaquem-se os setores de abate e preparação de carnes e preparação de óleos vegetais, responsáveis por 3,6% e 3,1% da variação das exportações, respectivamente.

Não obstante, setores mais dinâmicos têm apresentado um bom desempenho exportador no período recente. Mantendo a tendência observada no primeiro trimestre deste ano, os setores de fabricação de automóveis, metalurgia básica, que inclui a siderurgia, e máquinas e equipamentos tiveram crescimento das exportações superior a 30,0%. Uma vez que o peso destes setores no total das exportações é significativo, a contribuição com a variação total foi, respectivamente, de 2,9%, 3,4% e 2,6%. De maneira semelhante, os setores mencionados apresentaram expressivo crescimento da produção industrial, com destaque para a indústria automobilística.

No que tange às importações, a contribuição para a variação de 25,1% veio, principalmente, de setores tradicionalmente deficitários, associados à produção de bens intermediários e insumos e componentes industriais. Destacam-se as contribuições do setor químico (5,1%), extração de petróleo e gás (8,7%), este bastante influenciado pela ascensão dos preços do petróleo e material eletrônico e de comunicação (3,0%, sendo 0,9% associados aos equipamentos para telefonia e transmissão). À exceção do setor de extração de petróleo e gás, houve ampliação da produção nos setores destacados. Tomando os dados por categoria de uso, houve crescimento expressivo da produção de bens intermediários.

Em virtude da importância do setor de máquinas e equipamentos como indicador do movimento de recuperação da economia, será retomada a análise iniciada no número anterior do Boletim NEIT. Em termos comerciais, o setor vem gradativamente melhorando seu desempenho, em decorrência do resultado observado nos setores produtores de máquinas e equipamentos agrícolas e destinados à construção civil e indústrias extrativas. O crescimento da produção observado nestes setores (19,45% e 37,46% em relação a igual período de 2003) está intimamente associado às vendas para o mercado externo, seja por meio das vendas diretas, seja por conta da demanda derivada do crescimento das exportações agropecuárias. No setor de máquinas e equipamentos de uso industrial, o

A produção e as exportações do setor de máquinas e equipamentos aumentaram, sem que ocorresse elevação das importações. Porém, a utilização da capacidade ainda é baixa.

resultado comercial tem se mantido relativamente estável, apesar da recuperação da produção física verificada entre o primeiro semestre de 2003 e igual período deste ano (crescimento de 9,97%). Contudo, ainda não se pode afirmar que esteja ocorrendo recuperação do nível de investimento doméstico, nem que a continuidade do crescimento não terá impactos sobre as importações brasileiras.

Analisando-se os dados sobre utilização da capacidade instalada na

indústria, verifica-se que a carência de investimentos em vários setores, com destaque para a produção de bens intermediários, pode levar a um aumento expressivo das importações no segundo semestre, caso a tendência de recuperação da economia mantenha-se no ritmo atual. De fato, os setores produtores de bens intermediários são os principais responsáveis pelo aumento das importações no primeiro semestre de 2004, conforme se destacou anteriormente. Além disso, o gráfico ao lado indica que o aumento da produção industrial nos setores produtores de máquinas e equipamentos está ocorrendo através da utilização de capacidade ociosa existente. Uma vez que a produção continue se recuperando no próximo semestre, as importações podem começar a crescer mais rapidamente. Deve-se ressaltar que, caso o comportamento favorável das exportações associadas ao agronegócio seja mantido, o saldo comercial não estará ameaçado, em que pese a eventual redução de sua magnitude.

A retomada do crescimento tenderá a pressionar as importações, em decorrência da rigidez das importações de bens intermediários e da falta de investimentos em vários setores.

Gráfico 5- Desempenho comercial do setor de máquinas e equipamentos (US\$ milhões)

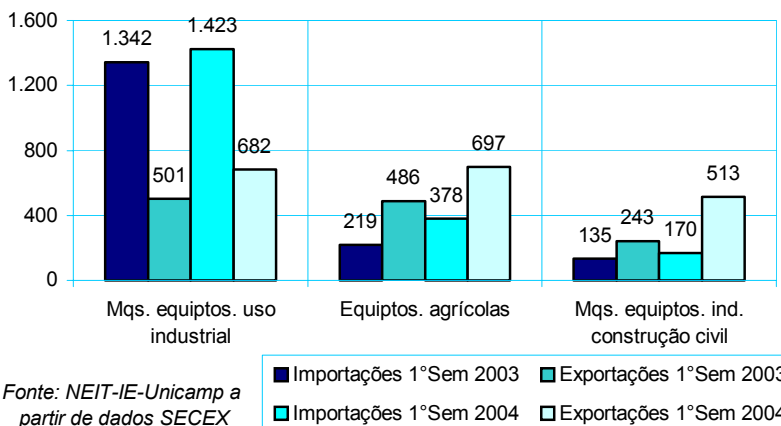
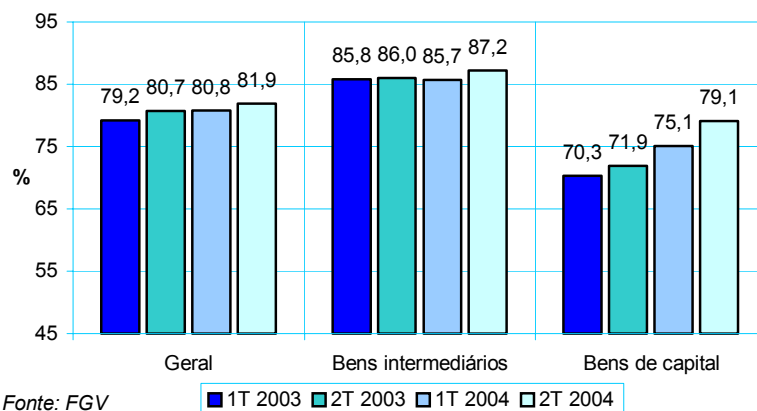


Gráfico 6 - Grau de utilização da capacidade instalada na indústria



Em termos do nível de produção no mercado doméstico, destacaram-se, além dos setores associados à produção de bens de capital, os setores de máquinas e equipamentos de informática, equipamento eletrônico e de telecomunicações, automobilística e outros equipamentos de transporte, que inclui a fabricação de aeronaves. No caso do setor de material eletrônico e de comunicações, a retomada do crescimento doméstico deslocou a produção para o atendimento do mercado interno. Os dados de comércio indicam que além da redução das exportações, da ordem de 14%, houve crescimento mais que proporcional das importações (52%). No que se refere aos setores associados à produção de material de transporte, o mercado externo vem atuando como mecanismo propulsor do crescimento. Mesmo com a retomada do crescimento doméstico, as exportações mantiveram o bom desempenho observado no ano passado. Há que se destacar, porém, que o grau de



utilização da capacidade ociosa ainda é relativamente baixo nestes setores (75,7%). Ou seja, é possível às empresas atenderem tanto o mercado externo como o mercado interno com a capacidade produtiva instalada no Brasil.

Por fim, cumpre destacar que a indústria brasileira vem se recuperando no primeiro semestre de 2004 em comparação ao mesmo período de 2003. Porém, conforme se destacou, a

retomada do crescimento pode gerar pressões sobre as importações do país. Por um lado, em decorrência da elevada rigidez das importações de bens intermediários, e por outro lado, em virtude da necessidade de investimentos em vários setores da indústria. Apesar disso, o excepcional desempenho exportador de setores associados ao agronegócio e de setores que deslocaram a produção para o mercado externo pode compensar o provável aumento das importações. Entretanto, uma eventual deterioração dos termos de troca, isto é, uma reversão do ciclo de preços de *commodities*, pode comprometer o bom desempenho exportador do país. Adicionalmente, a recuperação do mercado interno e o esgotamento da capacidade excedente pode diminuir a parcela exportável da produção de alguns setores. Para finalizar, há que se destacar a precariedade da infra-estrutura de escoamento da produção brasileira, que por si só poderá comprometer um crescimento maior das exportações no médio prazo.

A precariedade da infra-estrutura de escoamento da produção brasileira poderá comprometer um crescimento maior das exportações no médio prazo

Gráfico 7 - Produção Física Industrial de setores selecionados

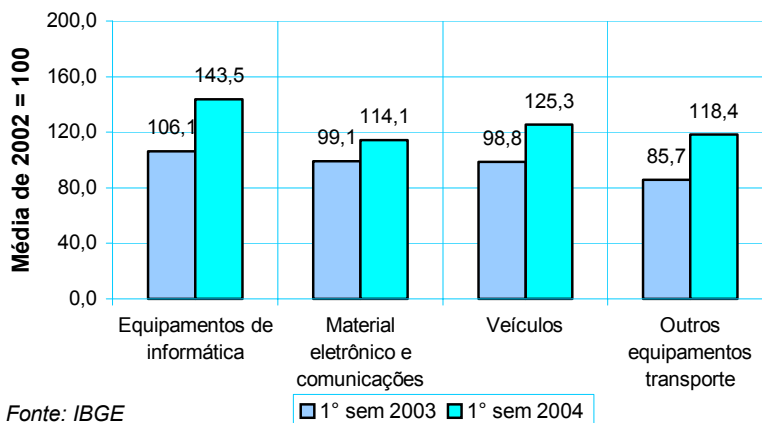
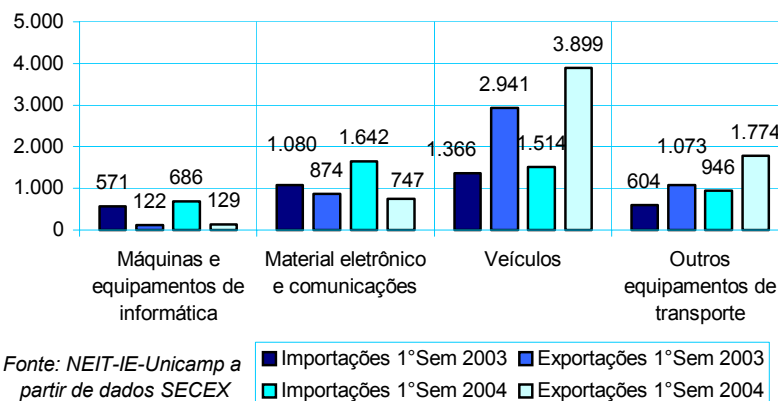


Gráfico 8 - Desempenho comercial de setores selecionados (US\$ milhões)



Equipe Responsável NEIT – IE - Unicamp

Coordenação Geral: Mariano F. Laplane

Coordenação: André Luiz Correa

Pesquisadores: Douglas T. Simakawa, José Augusto G. Ruas, Paulo Roberto S. Trajano da Silva, Rogério Frediani

Estagiários: Lara B. Caldas, Maira C. Scarpelli, Raphael C. Camargo, Talita M. Ribeiro, Vinicius C. Souza